

Acordo final sobre dívida será adiado

BRASÍLIA — Dificilmente o Brasil assinará, no próximo dia 15 de janeiro, o protocolo — documento que prevê prazo, montante de recursos e condições de pagamento — do acordo de longo prazo da dívida externa com os bancos credores, em virtude das indefinições sobre a escolha do novo Ministro da Fazenda. Esta é a conclusão a que chegaram fontes do Banco Central, após um balanço sobre o andamento dos entendimentos.

Segundo essa avaliação, é muito pequeno prazo que os dois lados têm para isso, pois apesar de as conversações terem sido iniciadas no final de novembro, foram perdidas três semanas no convencimento dos bancos para a adesão ao acordo provisório. Além disso, internamente, a administração econômica vive um período de interinidade que contribui para prorrogar o prazo automaticamente para o final de janeiro.

A renegociação da dívida, será, assim, a primeira tarefa a ser enfrentada pelo novo Ministro da Fazenda, num clima completamente diferente daquele que prevaleceu até agora, com apoio moderado do PMDB. As fontes informam que o Presidente Sarney será obrigado a tomar decisões muito graves para orientar a negociação no próximo mês.

Os credores, por exemplo, se mantêm irretutáveis na negativa de concessão de financiamentos no montante pedido pelo País, de US\$ 11,5

bilhões. E isso não acontecer, o pagamento de juros, para colocar o Brasil em dia, a partir de janeiro não ocorrerá, frustrando as expectativas dos bancos. O Presidente Sarney, de acordo com as fontes, tem pautado seu comportamento na negociação externa por medidas mais duras, o que pode colaborar para aumentar a tensão.

No início de novembro, lembram as fontes, o Presidente determinou o retorno no negociador brasileiro, Fernão Bracher, como resposta ao impasse surgido em Nova Iorque sobre o lugar onde deveria ser depositado o pagamento simbólico que, pelo acordo provisório, rompe a moratória. Foi o ex-Ministro Bresser Pereira quem assumiu, pessoalmente, o ônus da aposta no prosseguimento das conversas.

— O Presidente será colocado diante de duas opções em janeiro: ou determinar o prosseguimento da negociação, na qual será forçado a pagar mais, com volta ao FMI em condições diferentes do que Bresser pregava, ou endurecer ainda mais, pois as condições dos bancos não atendem aos nossos interesses — disse o informante. Em qualquer dessas hipóteses, será muito difícil escapar à adoção de um novo pacote, que poderá influir na taxa de crescimento do País nos próximos anos e com amplas repercussões internas, agora que o PMDB não participa mais da formulação da política econômica.